



CARBONÁRIOS, MAÇONS, POSITIVISTAS E A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL NA VIRADA DO SÉCULO XIX

Adalmir Leonidio*
Universidade de São Paulo – USP
leonidio@esalq.usp.br

RESUMO: Este artigo busca analisar as relações entre socialistas, carbonários, maçons e positivistas no Brasil no final do século XIX e início do XX. Utiliza-se para isso de artigos de jornais e revistas, muitos deles ainda não analisados pela crítica histórica.

PALAVRAS-CHAVE: Socialismo – Carbonária – Maçons – Positivismo

ABSTRACT: This article searches to analyze the socialist relations between, carbonarys, freemasons and positivists in Brazil in the final century XIX and beginning of the XX. One uses for this of articles of periodicals and magazines, many of them not yet analyzed by critical the historical one.

KEYWORDS: Socialists – Carbonary – Freemasons – Positivists

Muito já se disse sobre o lado humanitário e filantrópico do socialismo utópico.¹ Este artigo quer enfatizar um aspecto particular deste ideário, qual seja, aquele tendente à valorização dos aspectos integrativos dos homens em sociedade, que teve especial destaque no Brasil, no início da Primeira República, não apenas entre aqueles que se auto-intitulavam socialistas, como também entre carbonários e maçons. Tendia-se, do ponto de vista das preocupações sociais, a valorizar a idéia de uma sociedade onde reinariam a solidariedade e a harmonia entre os homens.

Daí que todos fossem positivistas, sobretudo ligados à “Religião da Humanidade”, tendendo, do ponto de vista das preocupações sociais, a valorizar a idéia de uma ordem social perfeita. Alguns estudos já buscaram mostrar, para o contexto

* Professor Doutor, Departamento de Economia e Sociologia, ESALQ/USP.

¹ Destacam-se sobretudo os estudos de cunho marxista, tais como o de LÖWY, Michel. **La teoría de la revolución em el joven Marx**. Madrid: Siglo XXI, 1973.

européu, as relações existentes entre carbonarismo, maçonaria e socialismo.² A particularidade desta associação de idéias no Brasil é que todas essas correntes tinham em comum uma visão de mundo eivada de positivismo. Em outras palavras, este artigo pretende mostrar que, no Brasil, carbonários e maçons não ficaram imunes a certa preocupação com as “questões sociais” de sua época, sobretudo pelo fato de serem também positivistas, que por esta época eram um dos porta-vozes dos problemas sociais no país.

O POSITIVISMO E A QUESTÃO SOCIAL

Um dos principais argumentos dos estudiosos do positivismo no Brasil é que os fiéis da Igreja comtiana, mais preocupados com o dogma, desprezaram toda dimensão social e política da doutrina.³ Mas é precisamente o contrário que se observa, isto é, como as preocupações sociais estavam no centro de um tal discurso.

As idéias positivistas ganham impulso no Brasil no fim dos anos sessenta e início dos setenta. Começam a aparecer e se difundir com maior intensidade as primeiras obras daqueles que seriam mais tarde os líderes teóricos das duas alas principais do comtismo, a ortodoxa e a dissidente: Miguel Lemos, Teixeira Mendes e Luiz Pereira Barreto.

Dentro do mesmo espírito cientificista da época, mas com uma posição um tanto distinta, estava a Escola do Recife, cujo mestre era Tobias Barreto. No Rio de Janeiro, na década de noventa, teria destaque a figura de Silvio Romero, discípulo do pensador pernambucano.⁴

Em 1876 foi fundada a Sociedade Positivista, no Rio de Janeiro, tendo seu prosseguimento depois como Igreja Positivista do Brasil. Seu período de maior atividade correspondeu à fase de liderança de Miguel Lemos (1854-1916) e Teixeira

² Ver a este respeito os seguintes trabalhos: CAMPION, Léo. **Les anarchistes dans la franc-maçonnerie ou les Mailons libertaires de la Chaîne d'Union**. Marseille: Culture et Liberté, 1969; DESMED, Roger. Elisé Reclus, la franc-maçonnerie et la loja 'Les Amis Philantropes'. **Revue Belge de Géographie**, v 1, 1986; FERNÁNDEZ, Alberto. Los Masones y la Comuna de Paris. **História 16**, Lisboa, n. 87, jul. 1983; HOBBSAWM, Eric J. **Rebeldes primitivos**. Madrid: Ariel, 1983; MITTLER, Eugène. **La question des rapports entre le socialisme, le syndicalisme et la franc-maçonnerie**. Paris: Imp. Ouvrière, 1911; ZAVALA, Iris M. **Masones, comuneros y carbonários**. Madrid: Siglo XXI, 1971.

³ A única exceção é o trabalho de CARVALHO, José Murilo de. A ortodoxia positivista no Brasil. Um bolchevismo de classe média. **Revista do Brasil**, ano 4, n. 8, 1989.

⁴ Cf. PAIM, Antônio. **História das idéias filosóficas no Brasil**. São Paulo: Grijalbo, 1967.

Mendes (1855-1927). E seu escopo principal era preservar a doutrina do mestre francês Auguste Comte.

Além de haver fornecido as idéias que vieram a se constituir no núcleo do pensamento político da facção dominante, a ascensão do positivismo, ao longo da República, trouxe como consequência mais importante o predomínio, no seio da intelectualidade brasileira, de uma atitude mental difusa mas persistente. A par da subestimação da filosofia, nutriu-se a mentalidade positivista de uma atitude supervalorativa das ciências ditas positivas, destacando-se seu caráter mais enciclopédico que científico. Não trouxe o positivismo ao Brasil qualquer contribuição ponderável ao progresso das ciências. Ele entrou no país não como um método de investigação, mas como uma maneira de pensar que se poderia chamar científista, e sobretudo como uma filosofia social, política e religiosa. O cientificismo não correspondeu a um imperativo da evolução industrial. Nas condições brasileiras, não se tratava de armar as novas gerações de técnicos de um conceito operacional da ciência, mas de dar aparência científista a uma especulação no estilo da metafísica tradicional.

Havia uma confiança quase religiosa na onipotência da ciência. Esse foi o postulado básico passado diretamente para as ciências sociais, onde realmente deixou marcas bem mais profundas. Suas teses fundamentais podem ser resumidas em três. Primeiramente, a sociedade era equiparada à categoria de “corpo”, “organismo”, isto é, os fenômenos sociais eram equivalentes aos fenômenos naturais. Em seguida, havia uma confiança muito grande na possibilidade de uma abordagem científica dos fatos sociais, o que caracterizava o seu determinismo social. E por último, os distintos aspectos ou efeitos da atividade dos homens em sociedade eram objetivados em categorias ou leis sob a denominação de “fatores”, isto é, leis efetivas, exprimindo relações invariáveis e a estabilidade de certas estruturas.

Foi com base nesta maneira de pensar que se estruturou no Brasil uma visão que seria própria dos incipientes e indecisos meios intelectuais que falariam em nome da nascente classe operária carioca, durante o último quartel do século XIX.⁵ Tudo parece começar com a questão da escravidão. Conforme informa Joaquim Ribeiro de Mendonça, em carta de 9 de março de 1883 a Miguel Lemos, as discussões entre

⁵ Aqui é preciso ressaltar que uma das principais lacunas do trabalho de José Murilo de Carvalho (1989) é ter restringido a ação política do Apostolado ao âmbito da classe média, dada a incipiência da classe operária no Brasil por esta época. O que o levou a desprezar as articulações e a importância deste discurso com a corrente trabalhista em gestação.

positivistas brasileiros a este respeito iniciaram-se por volta de 1862, na sede da Sociedade Positivista de Paris e tiveram o importante contributo de Pierre Laffitte, um dos mestres do positivismo francês por esta época. Sob sua influência, predominava entre os brasileiros a concepção segundo a qual a escravidão deveria “morrer” de “morte natural”, sem qualquer intervenção que fosse, o que estava bem de acordo com os ensinamentos de Comte, mas também com o gosto dos fazendeiros. Tratava-se, no fundo, do velho temor de uma rebelião de escravos, tão comum entre os defensores das idéias do socialismo utópico no Brasil, conforme se mostrou em outro artigo.⁶

Segundo informa Miguel Lemos, a primeira manifestação explícita dos meios positivistas brasileiros sobre o problema da escravidão apareceu em 1865, com F. A. Brandão Junior, um estudante de ciências naturais na Universidade de Bruxelas. O livro, **A escravatura no Brasil**, embora escrito em português, foi publicado na capital belga. Trata-se, a bem da verdade, de uma tentativa de legitimar a propriedade escrava e nem ao de leve se toca na idéia de abolição, que só passaria ao discurso positivista muito mais tarde.⁷

A segunda manifestação, esta sim de cunho anti-escravista, teria aparecido então com Teixeira Mendes, em 1880, em sua obra **Apontamentos para a solução do problema social no Brasil**.⁸ É então a primeira vez que a chamada “questão social” aparece relacionada ao problema da escravidão. Com este livro, o positivismo brasileiro forneceu um dos mais importantes argumentos do projeto abolicionista que passou a circular por esta época, assim como as bases da idéia de “organização do trabalho” que viria a se desenvolver posteriormente. Assinado juntamente com o republicano Teixeira de Souza, ele foi publicado pela primeira vez na **Gazeta da Tarde**, em seu número de 8 de outubro. Nele já aparece claramente a idéia de que as reformas almejadas pelos positivistas, que tornariam possível a “organização do trabalho” no Brasil, tinham como “preâmbulo necessário” a abolição da escravidão. Isto porque a “grande massa produtora”, no seu entender, era composta de trabalhadores escravos. Só a abolição da

⁶ LEONIDIO, Adalmir. Saint-simonismo e positivismo nos primórdios do movimento operário no Brasil. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, v. 10, n. 1, jan./jun. 2005.

⁷ LEMOS, Miguel. **O positivismo e a escravidão moderna**. Rio de Janeiro: Sociedade Positivista do Brasil, 1883.

⁸ Seguiremos aqui o texto de Teixeira Mendes inserto no “apêndice” da obra de Miguel Lemos (p. 30-38).

escravidão tornaria possível o estabelecimento do “regime industrial” e a inserção do país nos trilhos do progresso, não apenas material, mas também social.

Uma vez abolida a escravidão, tornava-se necessário proceder à “incorporação do proletariado na sociedade moderna”. Para Mendes o “problema econômico das sociedades modernas” teria sido resumido por Comte em dois pontos principais. O primeiro deles estabelece que “cada homem é capaz de produzir mais do que consome”. O segundo que “os materiais podem ser conservados além do tempo necessário para sua renovação”. Destas duas “leis econômicas” resultava a “teoria positiva das acumulações”, isto é, cada geração seria capaz de reservar para a seguinte o excesso de sua produção. Este “capital humano” asseguraria então o desenvolvimento altruísta da atividade material dos homens, uma vez que cada indivíduo, não precisando trabalhar para se manter, poderia consagrar os seus esforços para produzir para outrem.

De acordo com a visão comteana, cada “órgão individual” tem uma função específica a cumprir dentro do “organismo social”, de modo a concorrer para um melhor funcionamento do todo do qual faz parte. Em assim sendo, o “capital humano” ou “social”, embora fosse um bem coletivo, deveria estar concentrado nas mãos de alguns poucos capitalistas. O problema não seria então em quais mãos ele estaria, mas sim quais os meios de empregá-lo em benefício de todos, o que descarta por princípio qualquer forma de crítica, por mais amena que fosse, à propriedade, ainda que se criticasse a existência do trabalho escravo: “o positivismo erige em princípio moral o respeito da propriedade em mãos de quem estiver”. A primeira resposta ao problema dada pelos positivistas neste momento envolve dois pontos principais: a filantropia e a boa-vontade dos patrões, bem como a necessidade da existência de uma pressão da “opinião pública”. Devendo-se entender por “opinião pública” aqui “a existência de uma doutrina aceita por todos e de um poder pronunciado em nome desta doutrina”, isto é, a aceitação do positivismo como religião de Estado. Este seria o problema essencial da incorporação do proletariado na sociedade moderna.

Do ponto de vista prático, tal problema deveria ser encarado de acordo com a natureza do trabalho a ser desempenhado pela massa de ex-escravos. Para os trabalhadores rurais, Teixeira Mendes defendia a “adstrição ao solo do ex-trabalhador escravo, sob a direção dos seus respectivos chefes atuais”, isto é, defendia a transformação do escravo em “servo da gleba”, solução esta que era recusada por Miguel Lemos. Para os trabalhadores do meio urbano, fosse nas oficinas do Estado,

fosse nas oficinas particulares, Teixeira Mendes defendia a criação de certas garantias “trabalhistas”, tais como a fixação do número de horas de trabalho diário – embora não estipulasse a quantidade de horas –, reservando-se o sétimo dia da semana para o descanso; a criação de escolas de instrução primária, não apenas para os operários mas também para os seus filhos; a dedução de uma parte dos lucros dos capitalistas para o estabelecimento de um “salário razoável” garantido mensalmente.

Desde então, seguiu-se uma série de panfletos sobre o tema, tais como **A incorporação do proletariado escravo e as próximas eleições** (1884) e **Breves razões contra o montepio obrigatório** (1885). E às vésperas da abolição Lemos concluiria: “A escravidão agoniza. Com a sua extinção conclui-se o preâmbulo necessário da questão social no Brasil, que é a mesma de todo o Ocidente: a incorporação do proletariado na sociedade moderna”.⁹ As preocupações com a “organização do trabalho” tornavam-se tanto mais freqüentes nos meios positivistas quanto mais se percebia que a abolição era já um acontecimento inevitável. O argumento corrente era que com o fim da escravidão haveria carência de mão-de-obra e uma completa anarquia no sistema produtivo. Tratava-se de uma maneira de tentar prolongar a escravidão até onde fosse possível. Argumento este compartilhado pelos positivistas, apesar de seus protestos anti-escravistas.

E o que era para eles “organizar o trabalho”? Segundo o credo positivista, a constituição “normal” das sociedades as dividia entre ricos e pobres. Os ricos eram os detentores do “capital humano” e os diretores da operação elaborada pelos pobres. E estes, os “proletariados”, eram os agentes da produção deste “capital”. Quando eles produziam, não o faziam em prol do enriquecimento pessoal de seus patrões, mas tinham por fim servir a humanidade. O salário que lhes era pago não representava o pagamento pelo trabalho efetivado, mas a distribuição de uma cota deste “capital”, considerada necessária para a manutenção dos “cooperadores da humanidade”. Daí a insistência dos positivistas quanto à necessidade de se estabelecer o mínimo dos salários. Assim, ricos e pobres eram tão-somente “funcionários públicos”, tendo por isso deveres recíprocos, cada um no seu lugar próprio: um manda, o outro obedece; um coordena, o outro executa; donde resulta o mais perfeito funcionamento da “organização social”:

⁹ LEMOS, Miguel. **A liberdade espiritual e a organização do trabalho**. Rio de Janeiro: Centro Positivista do Brasil, 1888, p. 3.

Ao segundo (pobre) cumpre respeitar a propriedade de que o primeiro se acha investido por utilidade social e não em virtude de nenhum direito indiscutível, divino ou natural. Ao primeiro (rico) cabe zelar pela existência do segundo, porque é este o único motivo social da concentração em si de uma cota da fortuna pública. Ora, o reconhecimento por parte dos ricos desse dever iniludível, de modo que garantam aos pobres a soma de bem-estar moral e material imprescindível ao pleno desempenho da função que a estes cabem, eis o que significa a incorporação do proletariado na sociedade moderna.¹⁰

Outro problema de fundamental importância colocado pelos positivistas brasileiros é o da associação entre a questão social e o regime político. No Brasil, nos meios positivistas, república era sinônimo de regime do “bem público”. Com ela só se reconheceriam “os deveres de todos para com todos”, deveres que seriam definidos pelas relações de cada homem “com o grande organismo” de que fazia parte, isto é, “a humanidade”, à qual todos pareciam estar ligados pela mediação necessária “da pátria e da família”. Mas a verdadeira “república social” só seria plenamente estabelecida na medida em que encarnasse a idéia de “ditadura republicana”, exato oposto do regime “parlamentar e metafísico”, onde tendiam a predominar os interesses individuais.¹¹

Após a proclamação da república os positivistas da Igreja Positivista do Brasil continuariam em suas pregações em favor da chamada questão social, mas agora com muito mais ênfase na idéia de uma conciliação possível entre patrões e operários. Para Teixeira Mendes a causa da desarmonia entre os dois pilares da sociedade era que eles não tinham atingido ainda a “consciência” da fase final da evolução das sociedades humanas, aquela relativa ao regime “científico-industrial”. E só a “religião da humanidade” seria capaz de criar um tal estado de consciência nos homens. Mas para isso, para preparar o caminho neste sentido, era imprescindível que se introduzisse certas reformas, tendentes a melhorar a situação dos pobres e fazê-los ver que é possível uma convivência harmônica entre os dois.

¹⁰ LEMOS, Miguel. **A liberdade espiritual e a organização do trabalho**. Rio de Janeiro: Centro Positivista do Brasil, 1888 p. 20.

¹¹ Ibid., p. 18-19.

CARBONÁRIOS, MAÇONS E A QUESTÃO SOCIAL NOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA BRASILEIRA

A carbonária foi uma associação secreta de vocação conspirativa. Em Portugal ela enraizou-se nos setores de classe média mais politizados, bem como entre os militares de baixa patente, mas admitindo indivíduos de todas as classes sociais. Nos anos noventa ela começou por ter grande força na cidade de Coimbra, sob a tutela da loja maçônica Perseverança. Em Lisboa tudo parece ter resultado da confluência de dois núcleos secretos: um de origem “anarco-republicano”, outro de base “maçônica-acadêmica”. De acordo com o anarquista José Maria Nunes, ele próprio, juntamente com José do Vale e Heliodoro Salgado, fundaram a Liga do Progresso e Liberdade, agrupamento que esteve na base da constituição da Carbonária Portuguesa.¹²

No Brasil a carbonária encontrou respaldo entre os adeptos do republicanismo, sobretudo aqueles que mantinham certa preocupação social e que, por isso, tendiam a se aproximar das idéias socialistas em voga.¹³ Um exemplo interessante é o do jornal **Carbonário**, publicado entre 1881 e 1890. Em seu número inicial destacava a necessidade da existência no país de “sociedades políticas-secretas”, defendendo que somente através das “conspirações” seria possível a vitória das “classes baixas”. Talvez por isso não aceitasse assinaturas e nem indicasse os nomes de seus redatores. Mas não se deve levar muito a sério este seu caráter secreto e conspirador, pois que nestas mesmas linhas iniciais ele terminava enfatizando que não “doutrinava” com “a luz sinistra do archote incendiário”, mas que zelava pela “supremacia única que a razão aceita – verdade e justiça”.¹⁴ A sua relação com maçons era notória, já que era o próprio jornal que afirmava ser “a maçonaria a associação mais antiga, mais útil e mais importante” que existia no Brasil, embora distinguisse entre a “falsa” e a “verdadeira”, sendo esta a que mais se aproximava da “beneficência pública” e do “amor ao justo”.¹⁵

¹² CATROGA, Fernando. **O republicanismo em Portugal**. Coimbra: FLUC, 1991. p. 107-154.

¹³ Dada a carência de trabalhos sobre o tema, não se sabe qual a sua origem e a base de sua organização, estudo este que ainda se está por fazer. Em sua **História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil monárquico** 5 (São Paulo: Difel, 1985. v. 2), Sérgio Buarque de Holanda fala muito pouco sobre a maçonaria e nada diz sobre o carbonarismo.

¹⁴ **CARBONÁRIO**, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, 16 de jul. de 1881.

¹⁵ **CARBONÁRIO**, Rio de Janeiro, ano I, n. 17, 9 de set. de 1881.

Do ponto de vista da “questão social”, comungava, até 1888, com a idéia de que o seu ponto privilegiado era a abolição da escravidão. Neste sentido o jornal esteve ligado a uma série de “clubes abolicionistas”, os quais considerava as mais autênticas “associações filantrópicas” existentes. Mas no mesmo tom moderado de todos aqueles que defendiam a dita “questão social”, acrescentava que o problema era complicado e que dependia de “outras questões”, cuja solução lhe deveria anteceder. Antes de tudo era preciso determinar “quais os braços” que iriam substituir os do trabalho escravo, de modo que não viesse a sofrer a “produção agrícola, fonte única da riqueza pública”. Assim, era preciso que o governo adotasse medidas de indenização e promovesse uma ampla e eficiente substituição de mão-de-obra.¹⁶ Era radicalmente contra que se impusesse “de chofre aos possuidores de escravos” a decretação do trabalho livre, concluindo, ao gosto positivista da época, que “era melhor esperar que a razão dos fatos penetrasse na consciência dos intransigentes adversários da grande reforma social”.¹⁷ E esperou-se até 13 de maio de 1888, época na qual o jornal declararia, suspiroso:

Depois dessa imensa luta em que os vencedores pisam a terra conquistada pelo suor dos escravos, não há vencidos caindo humilhados aos pés dos vencedores. Todos se irmanam e inimigos de ontem se confundem para a grande fraternidade de que resultará a grandeza e a glória desta nação.¹⁸

Uma vez realizada a abolição, os carbonários passariam a insistir no mesmo ponto considerado primordial pelos socialistas: a necessidade de uma república com instituições sociais. Nos anos anteriores a 1888, dado o ranço conservador das idéias destes homens, que tremiam a cada vez que soava a palavra revolução, chegou-se mesmo a recomendar cautela na defesa da república: “Previna-se Sua Majestade, que o secreto partido republicano recebe o santo e a senha dos medonhos revolucionários, mais carbonários do que nós”.¹⁹ Mas à medida que ela se foi aproximando e mostrando a sua inevitabilidade, sobretudo após a abolição, ninguém mais falava com reservas, pregando-se inclusive a necessidade de reformas sociais, que a deveriam acompanhar: “Não cansaremos de lembrar a necessidade da organização do trabalho”, diziam os carbonários, em 1888. Inicialmente, uma das teclas mais batidas era a da

¹⁶ **CARBONÁRIO**, Rio de Janeiro, n. 26, 10 de out. de 1881.

¹⁷ **CARBONÁRIO**, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 13, 30 de jan. de 1888.

¹⁸ **CARBONÁRIO**, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 59, 18 de maio de 1888.

¹⁹ **CARBONÁRIO**, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, 16 de jul. de 1881.

“obrigatoriedade do trabalho”, desde que ele fosse garantido a todos. Mas também passou a ser comum a reclamação por reformas do tipo melhoramento das condições e da duração do trabalho, entre outras.²⁰ Em suma, qualquer dos grupos que se alinhasse pelo espírito da filantropia e do assistencialismo, acabaria por se identificar com o socialismo, que no fundo não passava muito disso.

Desde que inspirou o lema da Revolução Francesa – igualdade, liberdade e fraternidade – que a maçonaria sempre se quis guiar pela idéia de fraternidade universal e se quis fundar sob a condição de “grande família” no seio da Humanidade.²¹ A constituição da maçonaria portuguesa de 1840 definia-a como “uma associação de homens livres que tem por fim o exercício da beneficência”, estipulando como um dos principais deveres do maçom “fugir à ociosidade e trabalhar assiduamente na ilustração do gênero humano”. A de 1867 estabelecia como seus fins principais “melhorar a condição social do homem por todos os meios lícitos, especialmente pela instrução, pelo trabalho e pela beneficência”. A de 1897 definia-a como “uma instituição ritualista, filosófica, filantrópica e progressiva”, estabelecendo como preceitos fundamentais a prática da solidariedade e do trabalho, bem como o banimento do vício e da ociosidade. E a de 1898 estabelecia como sua “função social” a “melhoria de condições materiais e morais do homem, tanto na ordem espiritual pelo derramamento de instrução, como na ordem material pelo exercício da beneficência”. Esta preocupação dos maçons com a “questão social” é que levaria António de Soveral, em seu **Guia Maçônico**, de 1905, a expressar:

Todos os homens são livres e iguais em direitos; e todavia, alguns são livres para morrer de fome e iguais para morrer de frio [...] Ainda não se protegeu o trabalho como se fez ao capital e à propriedade; não se cuida da proteção às crianças e aos velhos, da fundação de creches e de asilos para velhos e inválidos; não se pensa no operário durante a falta de trabalho; etc.²²

No Brasil esta preocupação dos maçons com o social levaria a certa aproximação com os socialistas, ou até que se confundisse maçonaria com socialismo, graças à associação automática que se fazia entre socialismo e tudo que dizia respeito a “obras sociais”. Mesmo antes da proclamação da independência, quando a nota

²⁰ **CARBONÁRIO**, Rio de Janeiro, n. 60, 23 de maio de 1888; e n. 63, 30 de maio de 1888.

²¹ Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira. **A maçonaria portuguesa e o Estado Novo**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

²² *Ibid.*, p. 19-20; 65-70.

principal entre maçons era a luta anticolonial, já havia sociedades secretas de inspiração maçônica com nomes muito sugestivos, tais como Beneficência e Filantropia. Mas foi depois de 1822 que a inspiração liberal da maçonaria no Brasil tendeu a diluir-se em atividades puramente filantrópicas.²³ Este espírito humanitário dos maçons brasileiros pode ser percebido na atitude da loja maçônica Independência que, em 1871, remetia auxílio financeiro aos combatentes da Comuna de Paris, fazendo publicar um “apelo à filantropia”, onde exortava a população a contribuir.²⁴ Sobretudo no período entre a abolição e a proclamação da república, ela teria uma preocupação social muito similar à da carbonária. Mas foi a partir dos anos noventa que ela passou a interessar-se pela “questão operária”.²⁵ Durante as comemorações do 1º de Maio de 1903 realizaram-se festas no salão do Grande Oriente do Brasil e na oficina Amor ao Trabalho, as quais foram chamadas pelo jornal **Brazil Operário** de “notabilíssima consagração socialista”. Fazia parte de sua organização o velho republicano do manifesto de 1870 Quintino Bocaiúva, “Grande Comendador Geral da Ordem”, que abriu as comemorações. Seguiu-se uma exposição oral de Belisário Pernambuco, em que falou dos progressos do socialismo na Inglaterra, Alemanha, Bélgica, Itália, França, Portugal e Brasil. Falou ainda dos “vícios” que “desvirtuaram” a maçonaria no país de seus fins humanitários e que estavam embargando “os passos dos adiantados propagandistas da emancipação do operariado”. Pediu também o “valioso concurso das mulheres”, em “auxílio à propaganda do socialismo científico, que tem como ideal a redenção dos trabalhadores”, já que a elas cumpria o dever de, com seus sentimentos, “dominar a inteligência dos propagandistas”, tal como ensinava Comte.²⁶ E concluiu dizendo que, se Marx fosse o soberano da Ordem Maçônica elevá-la-ia ao seu “verdadeiro posto”, “unindo os povos pela fraternidade e fazendo da consciência um radiante e inviolável sacrário”.²⁷

Em sua segunda conferência, ainda em comemoração ao 1º de Maio, Belisário Pernambuco acentuava que só deviam ser aceitos nas “fileiras libertadoras do

²³ Ver a este respeito: BARRETO, Célia de Barros. Ação das sociedades secretas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira** – II. O Brasil monárquico 1. O processo emancipador. São Paulo: Difel, 1985. p. 191-206.

²⁴ GEBARA, Ademir. **O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 190.

²⁵ A princípio os dados são escassos e não permitem senão um esboço da questão.

²⁶ **BRAZIL OPERÁRIO**, Rio de Janeiro, n 2, 13 de maio de 1903.

²⁷ **BRAZIL OPERÁRIO**, Rio de Janeiro, nº 12, primeira quinzena de nov. de 1903.

proletariado” aqueles propagandistas que, esquecendo de sua própria individualidade, estivessem dispostos a “descer ao fundo do horroroso abismo da sociedade, levando, quais sacerdotes de uma nova religião, o germe da espantosa coragem que arrasou em 1789 a Bastilha”.²⁸ Pouco depois, François Seul faria um comentário entusiasmado das conferências do “maçon-socialista”:

Como arma de combate, a segunda conferência do Primeiro de Maio chega oportunamente para reanimar as forças da classe operária, que, amparada às muletas das associações de classe e das filantrópicas, parece caminhar para um novo mundo.²⁹

Não apenas o aspecto messiânico e filantrópico do “socialismo” destes arautos do “mundo novo”, mas também a influência do Apostolado Positivista fazia com que se falasse em “nova religião”. E esta “nova religião” proposta pelos maçons, mais uma entre tantas no Brasil, tinha nome próprio e chamava-se “ortologia”. O termo, pretendendo designar a “única verdadeira lógica”, foi literalmente inventado por Magnus Sondahl. Ele começa a aparecer em fins do século XIX. O jornal carioca **O Protesto**, que mantinha relações com o grupo socialista de Estevam Estrela, de São Paulo, informava, em 1899, sobre um livro que tinha por título **Catecismo ortológico**, onde frisava:

Do nosso camarada Dr. Magnus Sondahl recebemos 25 exemplares do primeiro tomo deste científico e importante estudo. Recomendamos a sua leitura a todos os nossos camaradas, por ser de grande utilidade.³⁰

Por esta mesma época surgia o jornal **O Libertarista**, do Rio de Janeiro, dirigido por Magnus Sondahl e Espiridião de Medicis Dilotti. Em epígrafe vinha a famosa frase de Comte, ligeiramente modificada: “conhecer, para prever, a fim de melhorar”. Isto leva a crer que a intenção do inventor da “ortologia” era fazer dela uma espécie de substituto ou concorrente do positivismo, já que afirma ser aquela um “novo sistema lógico”. No lugar do Apostolado ele colocava a “União Sociocrática”, que, segundo informa, tinha núcleos em várias partes do mundo: Estados Unidos, Grã-Bretanha, Islândia, Dinamarca, Suécia, França, Grécia e “outras partes da Europa”; além de Brasil, Argentina e “outros centros populosos da América do Sul”.³¹

²⁸ **BRAZIL OPERÁRIO**, Rio de Janeiro, n. 14, primeira quinzena de dez. de 1903.

²⁹ **BRAZIL OPERÁRIO**, Rio de Janeiro, n. 19, maio de 1904.

³⁰ **O PROTESTO**, Rio de Janeiro, n. 5, 24 de dez. de 1899.

³¹ **O LIBERTARISTA**, Rio de Janeiro, n. 3, 24 de dez. de 1899 (o jornal adota o calendário positivista, sendo a data constante no jornal a seguinte: 24 dias do 12º mês de 111).

As informações sobre a “ortologia”, esta “nova religião de caráter sociocrático”, segundo seu inventor, são ainda muito escassas. Em 15 de março de 1903, Lima Barreto, após ter lido o **Catecismo ortológico**, enviou a Magnus Sondahl uma carta, pedindo mais informações sobre o assunto. Pedia-lhe a remessa de “algumas mais publicações” que lhe esclarecessem o espírito e contribuíssem para a sua “completa iniciação”.³² Dois dias depois, Sondahl responde-lhe, desculpando-se por não poder enviar as publicações do Areópago³³ referentes ao tema, por estarem elas esgotadas. Além disso, informa que grande parte do conhecimento relativo à ortologia, sobretudo a sua parte “esotérica”, “a mais importante da propaganda”, só era comunicada “em lojas, aos iniciados, conforme o seu grau”.³⁴ Aquilo que não era restrito aos iniciados podia ser estudado em seus livros³⁵ ou através de lições oferecidas na Universidade Sociocrática, por ele fundada. A seguir resume as “medidas urgentes e necessárias atuais da propaganda”. A primeira medida importante apontada por Sondahl para a “remodelação social” seria uma ampla “reforma intelectual”, uma vez que “todos os erros práticos” provinham dos “lógicos”. Paralelo ao preparo intelectual estava a “cooperação racional pelo emprego da plutometria, ou medida justa da produção e do consumo”. A “plutometria” visava a extinção da emissão do “dinheiro oficial”,³⁶ cada um devendo ter “a liberdade e a faculdade de emitir sobre aquilo que possui ou aquilo que produz”. Daí resultaria o enriquecimento gradual de todos, cada um tornando-se patrão de si mesmo. Mas só os “iniciados” e os “cooperadores da União Sociocrática” poderiam auferir tais benefícios, sendo eles também os únicos aptos a dirigir os destinos humanos. Para a execução deste plano de reforma, Sondahl propõe a criação de espécies

³² Documento da seção de manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

³³ Conselho especial da maçonaria que reúne os maçons de grau 30.

³⁴ Segundo Sondahl a parte da maçonaria responsável por este ensino era a “Maçonaria Católica” ou Sociedade Iniciática dos Construtores do Templo da Razão e dos Homens Universais, o que leva a crer que se tratava de um desdobramento da maçonaria, com forte influência do Apostolado Positivista.

³⁵ Magnus Sondahl tinha uma obra relativamente vasta, podendo-se destacar as seguintes: **Descrição resumida de um núcleo sociocrático durante a fase transitória da plutometria**. Rio de Janeiro: s.c.e., 1900; **Preleções ortológicas realizadas na Biblioteca Pública de Curitiba**. Curitiba: Correia, 1901; **Ensino racional de leituras em quatro lições sistemáticas**. Rio de Janeiro: J. S. Cunha, 1908; **Relatório apresentado pelo inspetor agrícola do quinto distrito**. Bahia: Offic. dos Dois Mundos, 1911; **Da magia natural** – revelação do grande arcano. 200º tratado da grande enciclopédia ortológica. Bahia: Offic. Xylo.-Typ., ano 15, 1912; **Sociocráticos** – a maior revolução do mundo. Apelo ao público pelo fundador da União Sociocrática. Rio de Janeiro: Typ. Guttemberg, s.d.

³⁶ É preciso lembrar aqui que os adeptos das idéias do socialista utópico Charles Fourier também pregavam a extinção do dinheiro.

de falanstérios fourieristas, os “archontados locais e regionais”,³⁷ que seriam, segundo suas próprias palavras, “centros industriais, agrícolas e financeiros”. Os “archontados urbanos” seriam responsáveis pelo comércio, pela indústria e pelas construções prediais e de vias públicas. Os “archontados rurais” cuidariam dos “burgos sociocráticos” ou “cidades-jardins”, substitutos das “imundas casernas que têm hoje o nome de cidade”. Daí que uma das partes importantes da “nova religião” fosse o “culto da natureza”. Vencida esta “fase transitória”, começaria então “a bela época do aperfeiçoamento sistemático da Terra e das espécies vivas”. Portanto, na ordem perfeita imaginada por Sondahl, nem mesmo as plantas e os animais deixariam de ter seu lugar.³⁸

A Universidade Sociocrática³⁹ ou Universidade Popular de Ensino Livre foi criada, ao que tudo indica, no início do século XX, embora não se tenha informações detalhadas sobre seu funcionamento. Não se sabe ao certo também se se trata da mesma Universidade Popular fundada por Fábio Luz ou, se não, da sua relação com esta. As aulas tinham um duplo fim: “tornar o estudioso apto para providenciar sua subsistência material e capaz de embelezar seu interior espiritual”, pois que se partia da máxima comtiana segundo a qual, para haver “harmonia na vida”, era “indispensável conciliar as necessidades biológicas ou físicas com as necessidades subjetivas”, criando assim um homem perfeito, completo. Os planos de Sondahl eram ambiciosos, como mostra a citação a seguir:

A Universidade Popular de Ensino Livre tomará a si a instrução pública, primeiro no Brasil, depois em todos os outros países do mundo. Ela representa um plano de transição entre a instrução geral de hoje e a instrução mais positiva do porvir. Faz parte da propaganda da União Universal Sociocrática e conduz o homúnculo de nossos dias, através dos altos mistérios da Maçonaria Católica, transformado em homem, até o pórtico majestoso do futuro Templo da razão, onde, por fim, imperará a ortologia, ou a lógica universal.⁴⁰

³⁷ Não encontramos esta palavra no vocabulário maçônico, por isso acreditamos ser ela também uma invenção de Sondahl.

³⁸ Documento da seção de manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, maço n. 3.

³⁹ O termo sociocracia é outro neologismo de Magnus Sondahl, designando um governo da sociedade por ela mesma, daí a simpatia pela ortologia por parte dos anarquistas. É importante destacar que na historiografia brasileira, o termo sempre foi referido como uma invenção de Comte, o que não é certo, pois que não se encontra em nenhum escrito do positivista francês. Além disso, é o próprio Sondahl quem reivindica para si o termo.

⁴⁰ **GAZETA OPERÁRIA**, Rio de Janeiro, n. 7, 9 de nov. de 1902.

A “nova religião” contava com a simpatia e a adesão não só dos anarquistas, mas de muitos socialistas, como aqueles ligados aos jornais **Gazeta Operária** e **Brazil Operário**. Basta ver, para este último, o apelo que aparece em suas páginas, em 1904: “Parece-nos muito fora de molde insistir aqui na necessidade da encetadura de uma campanha enérgica para concentrar os esforços de todos os obreiros pela sua regeneração ortológica”.⁴¹ É preciso salientar que estes dois jornais eram aqueles mesmos que, ligados ao Partido Socialista de São Paulo, adotavam um programa que, aparentemente, muito se aproximava do Partido Social-Democrata Alemão e que, em geral, é apontado pela bibliografia como socialista reformista, mas que, no fundo, guardava a mesma velha inspiração socialista utópica e positivista.

Quando a “maçonaria católica” começa a aparecer, no início dos anos noventa, o positivismo já não dispunha da mesma gravitação intelectual de antes, embora se mantivesse o mesmo estado de espírito e o clima de opinião que, a partir dele, passou a contaminar vastas camadas da sociedade brasileira. Neste sentido, pode-se concluir que a “nova religião” intentada por Magnus Sondahl foi uma tentativa de dar nova feição à maçonaria tradicional, a partir da grande influência sofrida pela doutrina do Apostolado Positivista, mas também uma tentativa de substituir ou de concorrer com a doutrina de Miguel Lemos e Teixeira Mendes. A adoção da chamada “via iniciática” e sua busca obsessiva pela verdade absoluta – daí, talvez, o uso do termo ortologia, como sinônimo de maçonaria católica – pode ter contribuído, neste caso, para uma maior aproximação com o ideário positivista. Por outro lado, o uso do termo “católica” demonstra por si o quanto a oposição Igreja/Ilustração está longe de ser o cerne das posições da maçonaria no Brasil. Esta utilização talvez denuncie já a importância da idéia de Religião da Humanidade, uma vez que o próprio Comte nunca escondeu a sua admiração pela instituição católica.

CONCLUSÃO

Como foi possível observar, o que unia carbonários e maçons aos primeiros socialistas no Brasil eram sua preocupação humanitária e filantrópica. Num primeiro momento, ela esteve associada à mais importante “questão social” do momento, a abolição da escravidão. Depois disso, sem se dar conta de como ex-escravos e seus

⁴¹ **BRAZIL OPERÁRIO**, Rio de Janeiro, n. 19, maio de 1904.

descendentes se integravam à sociedade de classes e ao mundo do trabalho livre, ela se voltou para o problema operário. Todos comungavam a visão dos positivistas e saint-simonianos franceses, isto é, a idéia de organização do trabalho ou de incorporação do operário na sociedade moderna, atenuando as diferenças de classe e apelando para a idéia de ordem e harmonia entre elas, um argumento poderoso para a cidadania excludente de uma nação em construção.

Seja como for, e apesar das permanências pesarem mais do que as mudanças, a lição que estes primeiros esforços e movimentos de idéias em torno da construção de uma sociedade civil organizada nos legaram é que nenhuma organização social nasce democrática e progressista. Antes, trata-se de uma luta que envolve projetos sobre o mundo em que se pretende viver.

